Ministério da Cultura

Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC

ATA

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLEGIADO SETORIAL DE CULTURAS INDÍGENAS CNPC

Brasília (DF), 18 de Novembro de 2010.

Local: Hotel Manhattan Plaza - Brasília/DF

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLEGIADO SETORIAL DE CULTURAS INDÍGENAS

Ao décimo oitavo dia do mês de novembro de dois mil e dez, às nove horas e trinta minutos nesta cidade de Brasília, Estado do Distrito Federal, no Hotel Manhattan Plaza, situado nesta capital, sob a presidência do Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário-Geral do CNPC), na presença dos (as) Conselheiros (as): Sr. **Américo José Córdula Teixeira** (Secretário da Identidade e Diversidade Cultural/MinC), Sr. **Antônio Maurício Fonseca de Oliveira** (Mediadores Culturais), Sra. **Denise Rosana Wolf** (Mediadores Culturais), Sr. **Dionédison Demecio Cândido** (Representantes Indígenas), Sr. **Erick Márcio Mendes Muniz** (Anàpuàka Muniz Tupinambá Hã Hã Hãe) (Região Sudeste), Sr. **Farney Tourinho de Souza** (Representantes Indígenas), Sr. **João Pacheco de Oliveira Filho** (Mediadores Culturais), Sra. **Luciane Ouriques Ferreira** (Consultora/SID), Sr. **Luis Donisete Benzi Grupioni** (Mediadores Culturais), Sra. **Maria das Dores C. P. do Prado** (Dora Pankararú) (Representantes Indígenas), Sr. **Rafael Pessoa São Paio** (Mediadores Culturais), Sr. **Raoni Brás Vieira** (Representantes Indígenas), Sr. **Ricardo Anair Barbosa de Lima** (SID / Ministério da Cultura), Sra. **Rita Gomes do Nascimento** (Região Nordeste), Sr. **Romancil Gentil Cretã** (Região Sul), Sr. **Sérgio dos Santos** (Região Norte), Sra. **Suzie da Silva Vito** (Representantes Indígenas) e do Sr. **Tonico Benites** (Região Centro – Oeste): Teve início a 2ª Reunião Ordinária do Colegiado Setorial de Culturas Indígenas, coordenada pelo Senhor **Gustavo Vidigal** (Secretário Geral do CNPC), servidor do Ministério da Cultura, destinada a apreciar a seguinte pauta: **Pauta do dia 18/11/10: 1)** Abertura da Sessão; **2)** Deliberações sobre o Plano Setorial para as Culturas Indígenas; **3)** Cultura e Educação – Consulta ao Colegiado; **4)** Leitura e Aprovação do Regimento

Interno; **5)** Informes. **Item 1 – Abertura:** O Sr. **Américo Córdula** (Secretário da Identidade e Diversidade Cultural) abriu a sessão pulando os protocolos, pois ele tinha um voo marcado e deveria se apresentar antes, pois já estava atrasado; Informou que apresentaria quais os avanços obtidos através de todas as reuniões que fizeram; ressaltou que a versão que apresentaria condizia a quase 90% do plano setorial para as culturas indígenas; observou que o plano sofreria ainda algumas alterações durante esse processo, afinal era um plano para dez anos, sendo assim tinham prioridades e estratégias para municiar o Ministério da Cultura e entender que o desejo era que o plano não fosse só do MinC, mas que andasse junto a outros planos sociais; informou que o Colegiado precisava se apropriar de tudo e estabelecer uma estratégia junto com a conselheira dos povos indígenas, para que possam dar continuidade a esse processo de implantação do plano; parabenizou o Colegiado por todo o esforço, e informou que esse ano conseguiram elaborar um plano em tempo recorde graças a toda a articulação feita com a FUNAI, com a SECAD, e que era a primeira vez que tinha dentro do Ministério da Cultura um Plano Nacional de Cultura, e dente deste Plano, um plano para os povos indígenas; disse que todas as ações da SID têm vínculo com os direitos humanos e que estavam deixando um legado para a próxima gestão de governo, mas que todos tem que avançar e ele tem certeza que esse plano será o ponto de partida para isso; ressaltou que não se deve fazer mais política de governo, mas sim de estado, que consigam ter representantes indígenas em todas as ações; reiterou que esse processo não dependia só do estado, mas também da sociedade civil e observou que teriam uma agenda sempre corrida, mas que não falariam só do plano, que falariam também de outros assuntos na pauta; Passou a palavra ao Sr. Marcelo Veiga e informou que o Sr. Ricardo Lima o representaria na reunião, pois ele se ausentaria para representar o Ministro Juca Ferreira em Curitiba em uma reunião do MERCOSUL Cultural;

apresentou a pauta do dia e finalizou relatando que graças à união e ao esforço do Ministério da Cultura, na gestão do Juca Ferreira, que puderam fazer essa concessão; agradeceu ao CNPC, ao Marcelo Veiga, Fabiano Lima e ao Gustavo Vidigal por toda essa articulação feita por ele, pois só assim conseguiriam chegar ao ponto que chegaram hoje; ressaltou que era importante que permanecessem unidos para que as pessoas que vierem na próxima gestão pudessem dar cabo a esse processo; parabenizou a todos pela luta e pelas conquistas, pois nunca antes na história tiveram um espaço como o de hoje. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) informou que estavam realizando simultaneamente, na sala ao lado, a reunião do Colegiado de Livro e Leitura e por isso, ele se dividiria entre as duas reuniões, com a ajuda do Sr. Fabiano Lima; explicou que a perspectiva da pauta Cultura e Educação era que o colegiado dedicasse um tempo para essa relação entre os dois Ministérios e mais particularmente, no que a questão indígena pode ajudar na construção dessa pauta conjunta; solicitou que realizassem a leitura do Regimento Interno ainda na parte da manhã para que na parte da tarde já pudessem fazer as alterações, se necessário, para poderem aprová-lo; lembrou também sobre a importância da prestação de contas, caso contrário, inviabiliza a possibilidade de comparecimento dos mesmos em futuras reuniões. O Sr. **Ricardo Anair Barbosa de Lima** (SID/Ministério da Cultura) expôs que o plano era fruto do esforço conjunto do Ministério da Cultura e da sociedade civil, e dentro da sociedade civil, principalmente os povos indígenas; informou dentro do Ministério tiveram a atuação da SID e a ajuda da Luciane, antropóloga que tem uma expertise na questão indígena e ajudou muito e da Joana também, sobre a direção do Sr. Pedro Domingues recém chegado na Secretaria, mas que teve um papel fundamental; propôs que alterassem ordem da pauta do dia, que passassem para os informes para que pudessem ter mais gente do Colegiado para discutir a pauta do regimento, pois ainda não estavam

com quórum para já aprová-lo. A Sra. **Maria das Dores C. P. do Prado** (Dora Pankararú) (Representantes Indígenas) concordou que invertessem a pauta sim, mas que quem fosse apresentar no final da tarde continuasse com esse espaço disponível. **5) Informes:** O Sr. **Ricardo Anair Barbosa de Lima** (SID/Ministério da Cultura) iniciou, portanto os informes; ressaltou que realizaram o encontro da diversidade no mês de setembro no Rio de Janeiro, o que foi um marco na política; observou que tem construído políticas públicas para vários setores da sociedade, setores estes antes excluídos e sem políticas públicas; ressaltou que fecharam com chave-de-ouro um seminário onde reuniram esses setores: pessoas com deficiência, os povos indígenas, pessoas da diversidade sexual, os idosos, pessoas com sofrimento psíquico, todos os povos das culturas populares e que tem culturas diferenciadas e modos diferenciados; relatou que o Governo lida hoje com pessoas que estudam as questões de direitos humanos com a chamada tolerância, que foi o máximo que chegaram em um acordo civilizatório, o encontro vai além da tolerância, ele vai na convivência, tolerar é aceitar, e o encontro avança na questão da tolerância e entra na questão da convivência; exemplificou com a hipótese de um cigano da Igreja do Reino de Deus levantar e ler a bíblia, pregando sua religião e as mães dos povos de terreiro querendo bater nesse cidadão; ressaltou que tem situações muito interessantes nesse encontro, os povos indígenas tiveram uma participação muito importante trazendo sua cultura, o encontro foi feito de rodas, palestras e apresentações de expressões culturais onde todos os setores da sociedade puderam apresentar sua cultura; observou que o Plano aponta para isso, cada vez mais, respeitar, fomentar e difundir a diversidade cultural Brasileira, e entender que a cultura é feita pelo povo desse país; relatou que o Chico Simões estava em uma audiência pública sobre o Pró-Cultura, a nova Lei Rouanet, e que em uma fala alguém disse que a porcentagem de pessoas nesse país que frequentam eventos de dança é muito

pequena, e o Chico disse, vamos perguntar quem vai ver um Maracatu, pois isso mudaria a porcentagem; reiterou que o maracatu não é considerado dança, dança é considerada o balé, mas não uma expressão de um povo; informou que essas pesquisas têm que ser mais claras, e é isso que a próxima gestão aponta, que o futuro aponta; ressaltou também que o encontro guarani vai se realizar no Paraguai no próximo ano, já foi acordado no fórum do MERCOSUL, o Paraguai é um local onde o reconhecimento do povo guarani é o maior, desta forma, farão um belo encontro; reiterou que a setorial indígena deveria discutir esse encontro, suas linhas e ainda discutir outros encontros de povos indígenas. O Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário Geral do CNPC) cumprimentou a todos; Informou que a tarefa de hoje era muito importante, teriam que fechar hoje o documento e fazer a discussão das diretrizes do plano que dialogam com o tema transversal cultura e educação em um documento aparte para consolidarem e entregarem na próxima reunião em mãos aos ministros. Antecederam o item de pauta 04. **Item 04 – Leitura e Aprovação do Regimento Interno:** O Sr. Fabiano Lima (Ministério da Cultura)sugeriu ler o documento por partes separadas, apresentando apenas as modificações o que daria mais dinâmica e praticidade. No Art. 1º houve apenas a introdução da citação de dois artigos: *"O Colegiado Setorial de Culturas Indígenas é órgão integrante da estrutura do Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC, nos termos do <u>art. 6º e do art.9º</u> do Decreto 5.520, de 24 de agosto de 2005".* No Artigo 6º, qual seja: *"As reuniões dos Colegiados Setoriais serão no mínimo semestrais..."*, houve mudança na redação, passando a ser: *"As reuniões ordinárias do Colegiado Setorial de Culturas Indígenas serão semestrais podendo ter sua periodicidade elevada, excepcionalmente, em razão de Plano de Trabalho apresentado e aprovado pela Coordenação-Geral do CNPC.",* modificação que visa apenas dar uniformidade ao Regimento Interno do CNPC e aos demais regimentos dos outros colegiados. No Art. 7º,

qual seja: "*As reuniões ordinárias do CSLL serão públicas, instaladas com a presença da maioria simples de seus membros e convocadas pela Coordenação-Geral do CNPC",* permaneceu igual, mas o 2º parágrafo, qual seja: "*Além das reuniões presenciais, serão utilizados recursos tecnológicos como meio de intensificar os debates, especialmente videoconferências, fóruns de discussão na internet e mecanismos públicos de consulta não presenciais, a serem viabilizados pelo Ministério da Cultura*", foi retirada a especificação do tipo de reunião, se seria extraordinária ou ordinária. O Sr. Fabiano Lima (Ministério da Cultura)explicou que a ideia do 2º parágrafo era estabelecer que alem da reuniões presenciais existe a possibilidade para o Colegiado de se reunir virtualmente através dos fóruns e que, já existem, os canais de comunicação virtuais à disposição de todos. O Sr. **Erick Márcio Mendes Muniz** (Anàpuàka Muniz Tupinambá Hã Hã Hãe) (região Sudeste) perguntou se poderia aprovar qualquer tipo de documentação ou proposta, e se teria alguma certificação, como existe na OAB, por questões legais. O Sr. Fabiano Lima (Ministério da Cultura)respondeu que o direito de voto e voz em todas as reuniões tanto do Colegiado quanto no Plenário do Conselho, teria que ser de forma presencial, pois não tinham ferramentas para permitir outras formas de participação dos conselheiros; ressaltou que no fórum, disponibilizam discussões e videoconferências para que aprimorem, discutam e cheguem nas reuniões de Colegiado ou do Conselho com os assuntos debatidos, para até mesmo, posteriormente as reuniões se darem de forma mais dinâmica. Na continuidade, houve modificação no Art. 7º, em seu 3º Parágrafo, houve a inclusão da terminologia "*internet*", ficando a redação final da seguinte forma: "*As atividades e decisões tomadas nas reuniões serão registradas em ata própria e tornadas públicas através da página eletrônica do CNPC <u>na internet</u>*". No Art. 8º, em seu Parágrafo 1º houve a inclusão dos termos "direito a voz*"* e de "na sua ausência, dos respectivos*",* ficando a redação final da seguinte maneira: "*O exercício do <u>direito a</u>*

voz e voto é privativo dos conselheiros titulares, ou na sua ausência, dos respectivos suplentes, eleitos na forma do Art. 4º desse Regimento não sendo permitido seu exercício por representantes, mesmo que qualificados". Informou que houve também a substituição do 2º Parágrafo, ficando o seguinte texto: "*Todos os documentos, relatórios e atas de reuniões – presenciais ou remotas – produzidos pelo CSLL deverão ser postos à disposição em sítio eletrônico, remetidos aos membros do colegiado e arquivados pelo Ministério da Cultur*a". A Sra. **Luciane Ouriques Ferreira** (Consultora/SID) questionou sobre o exercício do direito a voz e voto, por exemplo, na aprovação do plano, como ainda não são membros. O Sr. Fabiano Lima (Ministério da Cultura)respondeu que esse direito a voz mencionado era restrito à proposição, pois se houvesse expositores ou participantes nas reuniões, estes não poderiam deixar de ter o direito a voz. O Sr. **Antônio Maurício Fonseca de Oliveira** (Mediadores Culturais) sugeriu que fosse especificado esse direito, que esse direito era de fato privativos dos membros, direito de decisão, de propor e de votar. O Sr. **Fabiano Lima** (Ministério da Cultura) informou que verificaria essa sugestão com a Consultoria Jurídica do MinC. A Sra. **Maria das Dores C. P. do Prado** (Dora Pankararú) (Representantes Indígenas) questionou sobre as faltas dos titulares nas reuniões, que talvez fosse necessário ter no Regimento alguma penalidade para essas faltas, e esclarecimentos sobre justificativas etc. o Sr. **Antônio Maurício Fonseca de Oliveira** (Mediadores Culturais) questionou também à respeito dos titulares faltarem tanto as reuniões, que deveria talvez ter um limite de faltas justificadas ou algo do tipo. O Sr. **Fabiano Lima** (Ministério da Cultura) explicou que o mandato era de dois anos, com uma possível reeleição por igual período, e nesses quatro anos de mandato, respeitando ao disposto de reuniões ordinárias, nos quatro anos teriam oito reuniões; questionou quais seriam os números de faltas para justificar uma atitude drástica de destituir um titular de

seu mandato, mas que poderiam pensar sansões, advertências ou algo do tipo. A Sra. **Maria das Dores C. P. do Prado** (Dora Pankararú) (Representantes Indígenas) comentou que com a ausência desses conselheiros fica difícil formalizar as coisas e sugeriu que fosse criada a inversão dos papéis, meio que talvez uma forma de punir os titulares que ficam inadimplentes. O Sr. **Antônio Maurício Fonseca de Oliveira** (Mediadores Culturais) acrescentou ainda que considera poucas reuniões por ano e propôs a mudança de duas reuniões por ano para três reuniões. O Sr. **Fabiano Lima** (Ministério da Cultura) respondeu que 2010 foi um ano atípico em relação a 2008 e 2009, pois tiveram sérios problemas dentro do Ministério da Cultura para a realização das reuniões, o Ministério ficou por um tempo descoberto de contrato de empresa de promoção de eventos; informou que estavam com uma nova equipe, com duas novas integrantes, mas que a equipe era de sete pessoas que cuidavam de todas as distribuições do plenário do CNPC, com 53 conselheiros e organizam todas as reuniões de todos os Colegiados; acrescentou que pretendem que as 19 áreas representadas pelo Conselho sejam transformadas em Colegiados, mas faltam 10 e não tem como ainda. O Sr. **Ricardo Anair Barbosa de Lima** (SID/Ministério da Cultura) solicitou fazer um aparte; disse que cada Colegiado tem sua a pauta com o CNPC e com a sua secretaria fim, a música com a Funarte, o cinema com a ANCINE, os povos indígenas com a SID, etc.; disse que podem se reunir quando for necessário que a SID banca, o CNPC faz as duas por ano, e a SID faz mais reuniões se for preciso. O Sr. **Fabiano Lima** (Ministério da Cultura) relatou que no começo do ano realizaram uma reunião extraordinária conjunta e todos tiveram oportunidade de se encontrar por iniciativa da SID; disse que não existe dentro do Ministério da Cultura muros que os separam, a idéia é trabalhar sempre em harmonia e colaboração, mas que aumentar regimentalmente o número de reuniões por ano criaria empecilhos para o CNPC; ressaltou que

dentro das possibilidades estão tentando aumentar esses espaços de discussões, e consolidar mais essa necessidade por parte da administração pública. O Sr. **Antônio Maurício Fonseca de Oliveira** (Mediadores Culturais) observou que as reuniões geralmente são de um dia, e duas por ano vão ter 12 horas/ano; disse que tem que se pensar como um espaço de atuação e formulação de políticas, e propôs que acrescentassem ao art. 6º que *"o Colegiado possa propor em reunião ordinária a necessidade de reunião extraordinária",* para que fique como garantia. O Sr. Ricardo Anair Barbosa de Lima (SID/Ministério da Cultura) informou que as duas reuniões por ano fazem parte de uma análise do CNPC, e concordou que estivesse no regimento interno para garantia da lei, a inclusão de "*em comum acordo com o Ministério*"; sugeriu fazer uma reunião de meio turno no evento dos povos guaranis que vai ter, que seria muito importante. O Sr. **Fabiano Lima** (Ministério da Cultura) propôs que, por questão de organização, o Colegiado se submeteria às regras do Conselho, ou seja, o que o Colegiado não pode, o conselheiro também não pode e, nesse sentido, o que o Regimento Interno do CNPC determina tem que ser obedecido pelos Colegiados; citou a Sessão III do Artigo 35 *"as reuniões dos Colegiados serão semestrais...",* do Regimento Interno do Conselho Nacional de Política Cultural; sugeriu que o Colegiado de Culturas Indígenas encaminhasse ao Plenário uma proposição de alteração do 35º Artigo do Regimento Interno do CNPC para que as reuniões semestrais fossem alteradas para quadrimestrais, e esta seria incluída da pauta do plenário do CNPC que é o único que pode aprovar essa mudança; sugeriu que a conselheira articulasse essa proposição com outros Colegiados. A Sra. **Maria das Dores C. P. do Prado** (Dora Pankararú) (Representantes Indígenas) ressaltou que o Colegiado de Livro e Leitura também considerava que tinham poucas reuniões e que poderiam encaminhar a proposta com assinatura da maioria do Colegiado. O Sr. **Romancil Gentil Cretã** (Região Sul) relatou que

sobre o Programa de Habitação, que agendaram uma reunião com Ministério das Cidades, para que dentro do orçamento de R$ 6 bilhões de reais para esse programa, que incluam os indígenas com um valor razoável, pois afinal nem todas as aldeias tem condições e matérias primas para sua habitação, portanto, que deveriam discutir um modelo e tecnologias para habitação voltada para os indígenas. O Sr. Ricardo Anair Barbosa de Lima (SID/Ministério da Cultura) exemplificou o caso de Itaipu, uma aldeia de exemplo de organização de organismo público e povos indígenas, onde as casas foram projetadas de maneira que os guaranis podem desmontar as casas pré-moldadas e levar para outros lugares, pois como tradição de se povo, quando morre alguém de seu povo, eles mudam de lugar. **Item 02 - Deliberações Sobre o Plano Setorial para as Culturas Indígenas:** Passaram para o segundo item de pauta, anteriormente adiado. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) ressaltou que estão em transição de governo, que eles podem estar ou não no Conselho ano que vem, mas que os conselheiros sim estariam; solicitou então que mandassem sugestões de pauta para a próxima reunião, para que na transição passassem para a próxima equipe aquilo que foi acordado com a sociedade civil anteriormente. O Sr. **Antônio Maurício Fonseca de Oliveira** (Mediadores Culturais) sugeriu que fosse feito naquele mesmo dia e o Colegiado concordou. O Sr. **Romancil Gentil Cretã** (Região Sul) sugeriu como temas nesse documento habitação e agricultura familiar. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) passou a palavra para a Sra. Luciane Ouriques para que ela realizasse a condução da discussão sobre o Plano Setorial de Culturas Indígenas. A Sra. **Luciane Ouriques Ferreira** (Consultora/SID) informou que encaminharam o plano para todos com nove dias de antecedência para que todos já tivessem lido antes; disse que na medida em que forem lendo podem ou não aprovar o capítulo e seguir em frente; informou que em maio houve a reunião do Colegiado para a discussão sobre a minuta

preliminar do PSCI. Iniciou a apresentação e apresentou a trajetória do Plano Nacional para as Culturas Indígenas; relatou que de maio a junho de 2010 apresentaram na reunião do Colegiado Setorial para as Culturas Indígenas uma primeira discussão sobre a Minuta Preliminar do PSCI; ressaltou que de junho até julho, houve todo um trabalho da equipe da SID de compilação das propostas de ações elaboradas em diferentes eventos para as culturas indígenas; informou que a partir daí tiveram a primeira versão dos Capítulos das Ações e Metas e em julho tiveram a Reunião do grupo de trabalho para a revisão do capítulo "Ações", e ainda, de julho a agosto, fizeram a Revisão da Minuta Preliminar do Plano com a inserção das contribuições dos membros do colegiado; relatou que após isso, houve o acréscimo do capítulo Marcos Legais, e a inserção das considerações e orientações dadas pelo Secretário da Identidade e da Diversidade Cultural no PSCI; observou que em setembro fizeram a reunião extraordinária do Colegiado setorial para culturas indígenas no encontro da diversidade no Rio de Janeiro, e depois em outubro apresentaram ao CNPC as diretrizes do plano para a discussão na Plenária; relatou que de setembro a novembro elaboraram a apresentação, a introdução, o diagnóstico do setor e os macroprogramas de ações, e agora estavam submetendo o plano e a análise para aprovação; apresentou que o plano estava estruturado por tópicos, quais sejam: apresentação, introdução, disposições preliminares, princípios, objetivo geral, objetivos específicos, marcos legais, diagnóstico do setor, macroprogramas de ações, definições, bibliografia e a anexos. A Sra. **Luciane Ouriques Ferreira** (Consultora/SID) informou que na *Introdução* trabalharam questões que consideraram importantes como: As culturas indígenas nas Políticas Públicas, retomando o histórico do desenvolvimento dessas políticas, o que são as culturas indígenas e a contribuição do Plano Setorial para as culturas indígenas; não havendo manifestações contrárias foi aprovada. O Sr. **Antônio Maurício Fonseca de**

Oliveira (Mediadores Culturais) ressaltou que todas as diretrizes do GT de Cultura foram pautadas nisso. A Sra. **Luciane Ouriques** (Consultora/SID) explicou que nas *disposições preliminares* foi definida da seguinte forma: 1)Constituição Federal de 1988; 2) Consensos Internacionais: Convenção sobre a Diversidade das Expressões Culturais (UNESCO, 2005); Convenção nº 169 (OIT, 1989), Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas (ONU, 2007); 3) Direitos Humanos e liberdades fundamentais dos povos indígenas; 4) A diversidade cultural e lingüística dos povos indígenas no Brasil que comportam 270 povos indígenas e 180 línguas; 5) Proteção ao conhecimento tradicional associado à biodiversidade; 6) 1ª e 2ª CNC, Pré-Conferencia Setorial Culturas Indígenas e a criação do Colegiado Setorial para as Culturas Indígenas. O Sr. **Romancil Cretã** e o Sr. **Antônio Maurício** solicitaram a inclusão em Disposições Preliminares de "*diretrizes do GT de culturas indígenas"*, que ao ser colocado em votação foi considerado aprovado. A Sra. **Luciane Ouriques** (Consultora/SID) explicou que no tópico *Princípios* estabeleceram: Autodeterminação e autonomia; Diálogo intercultural; Ética Interétnica; Respeito à diferença cultural; Direitos diferenciados; Transversalidade da cultura; Etnodesenvolvimento; Protagonismo; Proteção aos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade; e Respeito aos direitos autorais e a propriedade intelectual. O Sr. **Antônio Maurício Fonseca de Oliveira** (Mediadores Culturais) sugeriu a inclusão de *"Protagonismo indígena",* que ao ser submetido à votação foi aprovado sem ressalvas. A Sra. **Luciane Ouriques** (Consultora/SID) apresentou como Objetivo Geral: *Implantar programas e ações voltadas para a proteção, a promoção, o fortalecimento e a valorização das culturas dos povos indígenas no Brasil durante os próximos 10 anos*; e como Objetivos Específicos: *Criar condições para a manutenção, atualização e reprodução sociocultural dos povos indígenas; Incentivar os processos*

tradicionais de transmissão de saberes e práticas entre os povos indígenas; Desenvolver ações de proteção e promoção à utilização das línguas indígenas; Possibilitar a criação de espaços comunitários para o diálogo e a reflexão indígena voltadas para a construção de estratégias de fortalecimento, valorização e revitalização das suas culturas; Incentivar a troca de experiências entre comunidades e povos indígenas; Construir uma imagem positiva dos povos indígenas junto à sociedade nacional; Propiciar a inclusão digital dos povos indígenas garantindo-lhes o acesso às tecnologias de informação e da comunicação; Incentivar a realização de mapeamentos comunitários indígenas e registro dos conhecimentos e práticas das culturas indígenas; Possibilitar o etnodesenvolvimento das comunidades e povos indígenas; Qualificar e criar mecanismos de gestão das políticas públicas a serem implantadas em contextos socioculturais diferenciados. O Sr. **Rafael Pessoa São Paio** (Mediadores Culturais) questionou o item "Construir uma imagem positiva"; ressaltou que da forma como estava escrito subentendia-se que o indígena não tivesse uma imagem positiva, seria mais reafirmar e não construir, sugeriu, portanto: "*Contribuir para o fortalecimento da auto-estima, saúde e bem-estar desses povos, Reafirmação da imagem positiva dos povos indígenas...".* O Sr. **Erick Márcio Mendes Muniz** (Anàpuàka Muniz Tupinambá Hã Hã Hãe) (Região Sudeste) disse que do ponto de vista da comunicação, o termo parecia uma imagem destruída para fortalecer e concordou em mudar esse item. O Sr. **Antônio Maurício Fonseca de Oliveira** (Mediadores Culturais) sugeriu no Objetivo Geral: incluir "*política*". O Sr. **Daniel Castro** explicou que ficaria redundante ficar "*implantar políticas, programas e ações"*. A Sra. **Luciane Ouriques** leu o parágrafo na página 07 que esclarecia essa preocupação. O Sr. **Antônio Maurício Fonseca de Oliveira** (Mediadores Culturais) insistiu em modificar o item Objetivo Geral e colocar: "*instituir a política e implantar programas e ações voltadas para promoção...*". A Sra. **Maria das Dores C. P. do Prado** (Dora

Pankararú) (Representantes Indígenas) concordou. O Sr. **Pedro Domingues** (Coordenador-Geral da SID) esclareceu alguns aspectos quanto à discussão do objetivo geral do Plano Setorial que seu principal objetivo é a implantação de uma política, e que ele como plano integrava as políticas que são compostas por ele, pelo próprio Colegiado, então essa alteração proposta seria uma redução do objetivo geral, para uma parte de uma política de culturas indígenas. Após deliberações, o texto não sofreu nenhuma alteração, permaneceu como a proposta original. A Sra. **Luciane Ouriques** (Consultora/SID) passou para a leitura das diretrizes, quais sejam: Efetivação dos direitos socioculturais dos povos indígenas; Sustentabilidade e manutenção das culturas indígenas; Transmissão de conhecimentos entre gerações; Processos educativos tradicionais – oralidade; Valorização dos sábios e anciãos indígenas; Promoção do uso das línguas indígenas; Sistemas indígenas tradicionais de saúde; Iniciativas de fortalecimento, valorização e atualização sociocultural; Mapeamentos comunitários – investigação indígenas; Conteúdos culturais para a elaboração de materiais didático-pedagógicos; Articulação com a escola indígena diferenciada; Museus e Centros Culturais; Acesso as tecnologias de informação e comunicação e inclusão digital; Manifestações e produtos culturais indígenas – CD, documentários, grupos de canto e dança; Geração de renda e etnodesenvolvimento; Aprimoramento dos mecanismos de gestão intercultural de políticas públicas voltadas para as culturas indígenas; Participação/protagonismo indígena. Após a leitura das diretrizes, elas foram aprovadas sem ressalvas. Na continuidade, informou que o diagnóstico e os marcos legas estavam em elaboração; apresentou os Macroprogramas de ações, quais sejam: 1 - Memórias, Identidades e Fortalecimento das Culturas indígenas; 1.1 Manutenção e transmissão de saberes e práticas indígenas; 1.2 Mapeamento, identidade e Fortalecimento das Culturas Indígenas; 2 – Cultura e Economia Criativa; e 3 – Gestão e Participação social. O Sr. **Antônio**

Maurício Fonseca de Oliveira (Mediadores Culturais) ressaltou que esse objetivo era essencial para o que os povos indígenas vinham buscando hoje. O Macroprograma 1 e 1.2 foram aprovados sem ressalvas. O Sr. **Pedro Domingues** (Coordenador-Geral da SID) acrescentou que tiveram uma orientação do Conselho sobre as múltiplas orientações do Plano e sobre o que caberia a esse processo. O Sr. **Antônio Maurício Fonseca de Oliveira** (Mediadores Culturais) comentou que o Colegiado indicar para órgãos executivos quais deves ser as prioridades, e que isso era um ponto de diálogo com o próprio gestor público e esse posicionamento já era um jogo de braço para essas prioridades anteriormente estabelecidas. Na sequência, o Macroprograma 1 - Mapeamento, Registro e difusão das Culturas Indígenas foi apresentado: Objetivos: 1) Produzir conhecimentos sobre as culturas indígenas a partir do incentivo à pesquisas participativas e mapeamentos comunitários; e 2) Promover o registro, a documentação, a geração de conteúdos para serem utilizados em processos educativos, formais e informais, e a difusão dos conhecimentos e práticas das culturas indígenas. Ações: Fomentar pesquisas participativas, operacionais e mapeamentos comunitários; Implantar Pontos de Cultura Indígena; Apoiar a criação de espaços de memória e a formação de redes entre centros culturais indígenas e Pontos de Cultura; e Programa de valorização e difusão das culturas indígenas: eventos, prêmios, campanhas, programas de TV e rádios, publicação; e após apresentado ao Colegiado, foi aprovado sem ressalvas. A Sra. **Luciane Ouriques** (Consultora/SID) passou então para o 2º Macroprograma – Cultura e Economia Criativa e apresentou os seus objetivos e as suas ações, quais sejam: Objetivo: Identificar, sistematizar e criar estratégias de geração de renda e de etnodesenvolvimento das comunidades e povos indígenas; Ações: Mapeamento e promoção das cadeias produtivas culturais; Criar programa de incentivo, qualificação e comercialização do artesanato; Desenvolver estratégias para veiculação e

comercialização de produtos culturais indígenas; Criação de selos para bens, produtos e serviços culturais indígenas; Produção e difusão (comercialização) dos produtos de culturas indígenas; Apoio a criação e difusão de grupos artísticos e culturais indígenas. Após a apresentação do Macroprograma 2, seu objetivo e suas ações também foi aprovado sem ressalvas. O Sr. **Antônio Maurício Fonseca de Oliveira** (Mediadores Culturais) sugeriu a inclusão do trecho *"a partir dos seus saberes e práticas culturais"* no texto do objetivo e após deliberações, foi aprovado pelo Colegiado. A Sra. **Luciane Ouriques** (Consultora/SID) passou para a análise do 3º Macroprograma – Gestão e Participação Social, e apresentou o objetivo e as ações, quais sejam: Objetivo: 1) Qualificar e criar mecanismos de gestão das políticas públicas culturalmente adequados às especificidades socioculturais dos povos indígenas; Ações: Formar gestores e técnicos administrativos para atuar junto aos povos indígenas; Capacitar organizações e comunidades indígenas para a gestão de projetos culturais; Promover o acesso a recursos públicos e privados usados na proteção e promoção das culturas indígenas; Criar um sistema de monitoramento e avaliação culturalmente adequado para o PSCI; e Divulgar e validar o PSCI junto às comunidades e povos indígenas. A Sra. **Maria das Dores C. P. do Prado** (Dora Pankararú) (Representantes Indígenas) ressaltou que precisam ter mais encontros e tempo para as conferências, e ainda, que as mulheres foram maioria. O Sr. **Pedro Domingues** (Coordenador-Geral da SID) disse que via de forma geral que estava sendo contemplado sim no objetivo geral, mas que entendia abranger a conferência para dar visibilidade para a consulta pública motivada pelo estado e da diversidade dos povos indígenas. A Sra. **Luciane Ouriques** (Consultora/SID) comentou que mesmo não tendo voto, que considerava prudente também colocar a conferência como auge do processo de consulta pública. O Sr. **Antônio Maurício Fonseca de Oliveira** (Mediadores Culturais) colocou que a conferência foi um

momento de cristalização que se concretizava a vontade política dos indigenistas para interferirem no Plano Nacional de Cultura. Após deliberações, foi proposta a inclusão no Macroprograma 3 o texto "*O controle social das culturas indígenas, associada a conferência nacional de cultura*" e o Plano foi aprovado sem mais ressalvas. O Sr. **Fabiano Lima** (Ministério da Cultura) fez breves comentários e encerrou os trabalhos na parte da manhã. A Sra. **Ticiana Egg** (SPC) parabenizou a todos pelo trabalho e se colocou à disposição para quaisquer colaborações. Após o almoço, o Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) retomou as atividades da parte da tarde. A Sra. **Luciane Ouriques** (Consultora/SID) ressaltou que o Plano foi aprovado na parte da manhã com poucas ressalvas, e que ficaram de ver se haveriam comentários sobre os capítulos que não foram apresentados, os de marcos legais, os diagnósticos setoriais e as definições, e não havendo manifestações foram considerados aprovados. **Item 03 – Cultura e Educação – Consulta ao Colegiado:** O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) informou que houve na última reunião do Plenário um painel apresentado pelo representante do MEC, o Sr. André Lazaro, com as ações e diretrizes gerais que estão sendo implementadas entre o MEC e o MinC; observou que era importante trazer a relação Educação e Cultura para os Colegiados, para discutirem esse tema e a particularidade de cada Colegiado com o tema; solicitou que elaborassem um texto para entregarem aos ministros da educação e da cultura para nessa transição entregarem a tomada de decisão dos Colegiados; leu as diretrizes da apresentação do André Lazaro, qual seja: "*Diretrizes para Cultura e Educação: Atualmente, diversos projetos e ações têm sido desenvolvidos em parceria entre a cultura e educação. São projetos na área de educação superior, educação técnica e tecnológica, educação básica, além do estabelecimento de parcerias no setor de Livro, leitura e Literatura. Entre os trabalhos, podemos citar: programa de extensão universitária, que tem entre as*

suas linhas temáticas, a Gestão Cultura, Economia da Cultura, e Desenvolvimento das Linguagens Artísticas; 28 cursos diferentes em Educação Técnica ou Tecnológica, com 1897 matrículas; Programa Mais Educação, que busca contribuir para a melhoria da aprendizagem por meio da ampliação da jornada escolar, com a oferta de atividades artísticas, culturais e esportivas, como: dança, teatro, iniciação musical, leitura, práticas circenses; Programa Escola Aberta, que incentiva e apóia a abertura de escolas públicas de educação básica, nos fins de semana, com vistas a fortalecer a integração escola-comunidade, assim como evidenciar a cultura popular, as expressões juvenis e o protagonismo da comunidade; Programa Nacional da Biblioteca na Escola; Programa Nacional do Livro Didático; Programa Nacional do Livro no Ensino Médio; Programa Nacional do Livro na Alfabetização; Cursos para formação de mediadores de leitura; Projetos de fomento à leitura para Neoleitores; Projeto Escola com Ponto de cultura: ação integrada entre: Casa da Arte de Educar – RJ/Programa Escola Viva – MinC – Fiocruz/Programa Mais Educação – SECAD – MinC; Projetos de Fomento a leitura para Neoleitores Jovens, Adultos e Idosos: Projetos aprovados: Promoção de Acesso a leitura, Formação de Leitores e Mediadores de Leitura, Pesquisa e Avaliação sobre leitura". Após a leitura, abriu inscrições para discussão sobre o assunto. A Sra. **Maria das Dores C. P. do Prado** (Culturas Indígenas) relatou que os professores estavam em um momento muito complicado sobre como seria a atuação deles no processo escolar e o que seria pensado nisso, também ainda sobre a qualidade do ensino para a população indígena; ressaltou que já havia colocado isso na reunião do plenário para o próprio André Lazaro, mas que ele por sua vez não soube responder o seu questionamento. O Sr. **Antônio Maurício Fonseca de Oliveira** (Mediadores Culturais) ressaltou que no caso da educação indígena poderiam falar claramente como educação da cultura, porque na realidade a escola teria que ser intercultural e

trabalhar o conteúdo das culturas indígenas e também das culturas não-indígenas; observou que a agenda que foi proposta pelo MEC, pela SECAD, não contemplava uma agenda específica para a educação indígena, que deveriam propor à SECAD essa agenda; disse que essa questão da cultura indígena ocupava um espaço bem menor nos currículos das escolas, e que esse era um problema muito concreto que o MEC e o MINC deveriam tentar resolver; ressaltou, como que a escola poderia incorporar o olhar indígena dialogando intensamente com os espaços onde a cultura se transmite, para valorizar esse espaço e não acabar com ele. A Sra. **Rita Gomes do Nascimento** (Região Nordeste) reiterou que entende que essa lei é para escola de não-índios, de não-quilombolas, e acrescentou a importância de se observar a diversidade nesses aspectos. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) ressaltou que poderiam sugerir esse assunto como ponto de pauta para a próxima reunião. O Sr. **Rafael Pessoa São Paio** (Mediadores Culturais) informou que era professor de natureza e cultura da Universidade Federal do Amazonas, e que estão na região Alto Solimões do Javari, ele tem trabalhado principalmente em três direções com apoio de alguns outros professores; relatou que uma direção é o diálogo feminino com as mulheres do Vale do Javari, a outra é uma ação Museu Indígena que é o primeiro museu indígena do Brasil que é o Museu Maguta e dos Ticunas, e mais uma ação que contempla todas essas áreas e mais o que os índios titularam como remédios do mato, sobre as plantas medicinais; observou que fizeram um seminário chamado "Pensando Museus, Xamanismo e Economia", visando dialogar com essas instancias; informou também que essa nuance que não está no objetivo que deve ser trabalhada, e também educação para o índio, educação do índio e educação com o índio, essas três linhas devem ser esmiuçadas; acrescentou que em cima disso tinha também as formas tradicionais dos índios passarem conhecimento, que não tem nada a ver com o que as escolas

colocam; citou um exemplo de uma escola na aldeia a qual quem dava aulas eram os brancos, e que os brancos não queriam perder o natal e o carnaval, mas discutiram e conseguiram definir um calendário abrindo mão de datas que para os brancos eram importantes; ressaltou que educação indígena é um patamar muito variado e muito distinto dos povos indígenas e o domínio de que cada povo estava tendo com o MEC e outras instâncias. O Sr. **Ricardo Anair Barbosa de Lima** (SID / Ministério da Cultura) considerou fundamental que o branco se apropriasse do conhecimento indígena e vice-versa, e que era nesse sentido era transição; relatou que os axanincas criaram um centro de sabedoria que não era uma universidade e nem uma escola, mas era aberta para quem quisesse conhecer; questionou como que os não-índios vão se apropriar dos conhecimentos indígenas. A Sra. **Luciane Ouriques** (Consultora/SID) colocou que seguindo na linha dos comentários, o tema educação era extremamente complexo mesmo, mas tinham que levar em consideração o papel da escola nas terras indígenas. O Sr. **Romancil Gentil Cretã** (Região Sul) ressaltou que cada povo tinha a educação que merecia; observou que nas leis que são criadas muitas vezes na existe interesse por parte do próprio governo e nem vontade política de resolver certos aspectos; relatou que houve uma matéria na Globo dizendo que a música hoje na educação brasileira passou a ser obrigatória como matéria, e que se a pessoa não sabe sobre lei na escola, a lei deve obrigar a escola a se adequar, e devem incluir culturas indígenas nisso. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) perguntou se alguém queria fazer uso da palavra para poderem finalizar a primeira rodada. O Sr. **Farney Tourinho de Souza** (Representantes Indígenas) disse que sabe que é preciso repensar a forma de ver cada local, a comunidade de São Sebastião, por exemplo, a maior parte é de kokamas, mas eles não se aceitam como tal, se apresentam como peruanos e isso é preocupante. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) solicitou que focassem

em qual formato terá esse documento a ser elaborado, quais os pontos essenciais seriam: iniciar um texto e enfatizar algumas diretrizes, quatro itens. A Sra. **Rita Gomes do Nascimento** (Região Nordeste) reiterou que esse documento era uma contribuição muito importante e a Sra. **Maria das Dores C. P. do Prado** (Culturas Indígenas) ressaltou que tinham que pensar nas escolas indígenas para atuar dentro daquele contexto ético, escola para trabalhar a cultura do povo, o que o indígena quer que aprendam, as duas educações sendo conjuntas. O Sr. **Rafael Pessoa São Paio** (Mediadores Culturais) observou que tentariam pleitear uma coisa situacional e ouvir dos professores indígenas como é dentro das suas atuações. O Sr. **Antônio Maurício Fonseca de Oliveira** (Mediadores Culturais) sugeriu a criação de uma campanha nacional da oralidade indígena para valorizar a leitura, mas não somente a leitura, valorizar o saber, valorizar a oralidade e fazer uma mobilização nas comunidades indígenas para o fortalecimento desses espaços de oralidade. A Sra. **Luciane Ouriques** (Consultora/SID) ressaltou que mais do que se falar da insatisfação que hoje as comunidades indígenas têm com suas escolas, é falar do desafio de implantação de escolas diferenciadas ou específicas que atenda as demandas e as necessidades; questionou até que ponto esse sistema escolar indígena concentraria a gestão das políticas educacionais no âmbito federal ou se continuaria o sistema descentralizado como está posto hoje em dia; ressaltou ainda como conciliar as ações que o Ministério da Cultura vem produzindo e que podem ser utilizados nas escolas indígenas e também na educação formal não indígenas para fazerem a universidade. Finalizado o debate nesse momento, o Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) explicou que precisariam de um relator para a elaboração do documento, e ficou definido que seria a Sra. Rita Gomes do Nascimento para a sintetização do documento de uma lauda para esse tema Cultura e Educação; sugeriu que o documento fosse elaborado com base nos

seguintes aspectos: Fortalecimento das culturas indígenas, diversidade das situações, complexidade do tema, desafio da implementação com relação às escolas e a insatisfação geral colocada; sugeriu ainda a inclusão da necessidade de um melhor diálogo com as outras instâncias, a necessidade de campanhas de conscientização, de fortalecimento etc., e também sobre a Lei 11.645. O Sr. **Antônio Maurício Fonseca de Oliveira** (Mediadores Culturais) ressaltou a importância de destacar nesse documento o fortalecimento dos espaços da oralidade indígena; destacar a importância que tem ações voltadas para a oralidade. A Sra. **Maria das Dores C. P. do Prado** (Dora Pankararú) (Representantes Indígenas) sugeriu incluir no documento também a valorização, propor dentro dos Ministérios e o Sr. **Antônio Maurício Fonseca de Oliveira** (Mediadores Culturais) reiterou ainda colocar que o MEC deve assumir e valorizar o papel das lideranças indígenas nesse processo de construção e de integração com as comunidades escolares não indígenas. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) relembrou que o documento era para ser focado em diretrizes gerais, apontar possibilidades. O Sr. **Ricardo Anair Barbosa de Lima** (SID/Ministério da Cultura) acrescentou que não poderiam esquecer com quem estavam lidando, não poderiam exigir coisas do Ministério da Educação; acrescentou que houve uma denúncia que o Ministério não tinha o poder e nem expertise para fazer o edital, teve um parecer, depois de conversas com procuradores especialistas com questões indígenas fecharam um acordo, decidiram abrir para Oscips. **Item 05: Informes Gerais:** O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) iniciou os informes gerais. O Sr. **Romancil Gentil Cretã** (Região Sul) apresentou o Prêmio Culturas Indígenas, em sua 3ª edição, com várias partes positivas dentro do projeto e uma das partes positivas foi que em cada edição eles buscaram homenagear lideranças indígenas que foram importantes para o movimento nacional a nível de luta pelas

suas terras; explicou que o Prêmio foi criado pelo Ministério da Cultura em parceria com a Associação Guarani Tenonde Porã, a partir de indicação do Grupo de Trabalho para as Culturas Indígenas; ressaltou que este ano, em sua 3ª edição o homenageado foi o Marçal Tupã-Y da grande liderança Caiuá; informou que na 1ª edição o homenageado foi seu pai, Ângelo Cretã e que a 2ª edição homenageou também um grande líder do Nordeste, Xicão Xucuru. O Sr. **Antônio Maurício Fonseca de Oliveira** (Mediadores Culturais) informou que a Glaucia fazia parte da equipe técnica responsável pela implementação do Prêmio desde a 2ª edição; explicou que nesse ano fizeram uma edição diferente, e que a mudança no formato, teve o objetivo de valorizar o esforço das comunidades e organizações que enviaram propostas e não foram contempladas; explicou que a maior mudança foi que não abriram edital, acharam que havia um esforço grande das comunidades já cristalizadas em mais de mil iniciativas, então acharam mais importante premiar os suplentes do ano passado; criaram o portal das culturas indígenas e já estão terminando os processos para divulgar no Diário Oficial; convidou o Colegiado para ir à cerimônia da premiação em Curitiba e lançamento do portal. A Sra. **Glaucia Ribeiro Lira** (SID) informou que tinham um universo de quase 700 iniciativas que foram inscritas em 2007, e tirando as 102 premiadas, dessas 600 restantes, trabalharam com o universo de 212 aproximadamente para saber quais realmente estavam desenvolvendo as iniciativas e se tinham interesse de participar do Prêmio; relatou que mais de 100 firmaram querer participar novamente do Prêmio este ano, e dentro dessas, 92 estão sendo classificadas para participar. O Sr. **Antônio Maurício Fonseca de Oliveira** (Mediadores Culturais) acrescentou que trabalharam com um universo menor e com o maior número possível de povos indígenas, com base no material que havia sido mandado em 2007. A Sra. **Glaucia Ribeiro Lira** (SID) apresentou o percentual de iniciativas inscritas, ressaltando que Maranhão não deu retorno

algum, de nenhuma das entidades de povos indígenas, então os prêmios que seriam destinados ao Maranhão foram redistribuídos para o Tocantins; relatou que 101 povos nessa edição estarão sendo contemplados e apresentou os premiados em 2006 e 2007; mostrou a página inicial do portal que está passando por algumas mudanças. O Sr. **Romancil Gentil Cretã** (Região Sul) informou que fizeram um portal, pois tinham muitos materiais e documentos que foram enviados pelos povos indígenas para disponibilizar e para expor a todos. A Sra. **Glaucia** acrescentou que a idéia do site era fazer uma comunidade com materiais únicos na internet. O Sr. **Romancil Gentil Cretã** (Região Sul) comentou sobre o vídeo distribuído pela Sra. Dora, e ressaltou que o portal era de todos, mas observou que o ano passado foi complicado para manterem a 3ª edição, e para a 4ª está mais difícil ainda. Após a apresentação feita pela Sra. Gláucia, Sr. Cretã e Sr. Antônio Maurício, a Sra. **Maria das Dores C. P. do Prado** (Culturas Indígenas) parabenizou o Prêmio e sugeriu ao Colegiado que fizessem um documento e levassem ao Plenário do Conselho expressando que o Colegiado apóia e solicita a continuidade imediata do financiamento da 4ª edição. A sugestão foi aprovada pelo Colegiado e ficaram de elaborar esse documento e enviá-lo por e-mail para a próxima reunião. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) retomou o item 03, e cedeu a palavra para a leitura da carta feita pela Sra. Rita e pela Sra. Luciane. A Sra. **Rita Gomes do Nascimento** (Região Nordeste) informou que leria a carta elaborada e nomeada como "Carta do Colegiado para o Ministro de Cultura e para o Ministro de Educação", qual seja: "*Atualmente existe uma grande diversidade de situações no que se refere aos processos de educação escolar entre os povos indígenas brasileiros. A Constituição de 1988 ao reconhecer os direitos dos povos indígenas as suas organizações sociais, costumes, línguas crenças e tradições instaura as bases para o desenvolvimento de políticas públicas específicas voltadas para a efetivação dos direitos diferenciados dos povos*

indígenas. Importante dizer que as diferenças culturais das sociedades indígenas constituem um dos fatores determinantes para a criação de programas e políticas governamentais particulares. Desse modo, as culturas indígenas acabam por surgir como um tema transversal estratégico no desenvolvimento das políticas nos diversos campos, entre eles, o campo da educação. No caso da educação a Constituição prevê o direito dos povos indígenas a terem acesso à educação formal diferenciada configurada pelo ensino bilíngue – português e línguas indígenas – e pela utilização de processos próprios de aprendizagem. Uma das normativas que contempla a educação escolar para os povos indígenas é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 9394 de dezembro de 1996), que além de reforçar os direitos constitucionais dos povos indígenas, instaura a possibilidade dos processos de alfabetização entre os povos indígenas ocorra nas línguas maternas. A Lei nº 11.645, de março de 2008, torna obrigatória a inclusão de conteúdos de história e cultura indígena no currículo oficial da rede de ensino nacional. Enquanto o Decreto nº 6.861, de maio de 2009, dispõe sobre a educação escolar indígena e a sua organização dos territórios etnoeducacionais, regulamentando o direito constitucionalmente garantido. Apesar dos direitos a uma educação diferenciada e específica estar garantido por Lei, a implantação de uma política educacional para os povos indígenas que respeite e fortaleça as suas culturas se constitui em um imenso desafio para o Estado Brasileiro, devido aos múltiplos fatores históricos, geográficos, socioculturais que contribuem para a complexidade da situação. Ainda hoje existe uma insatisfação dos povos indígenas para com o tipo de educação escolar que vem sendo implantadas para as suas comunidades. A política educacional para os povos indígenas deve contribuir para o fortalecimento e a reprodução sociocultural dos povos indígenas, a valorização dos processos tradicionais de transmissão de saberes e práticas culturais, enfatizando a questão da oralidade; além de

instaurar processos de reelaboração cultural no contexto das comunidades indígenas de modo a permitir o desenvolvimento de estratégias para lidar com as situações contemporâneas por elas vivenciadas. Essa educação também precisa os ser de qualidade possibilitando que os indígenas tenham acesso não só ao ensino fundamental e médio, mas também ao ensino superior. Por outro lado, observar o exposto na Lei 11645 requer tanto uma articulação intersetorial entre os órgãos de governo, quanto o estabelecimento de parcerias com os povos e comunidades indígenas, verdadeiros protagonistas de sua história. Somente assim, se poderá produzir os conteúdos culturais específicos para informar a elaboração de materiais didático-pedagógicos atendendo as especificidades históricas e culturais dos povos indígenas em cada localidade do país. Assim, este Colegiado Setorial de Culturas Indígenas requer um diálogo mais aproximado dos setores responsáveis pela elaboração e implantação das políticas educacionais para os povos indígenas visando aprofundar o debate e a reflexão sobre o papel das escolas indígenas na vida dos povos indígenas e no fortalecimento de suas culturas. Considerando aqui, as culturas indígenas como o modo de ser e de viver de cada povo. É conveniente também uma maior articulação entre as políticas educacionais desenvolvidas pelo MEC e as políticas culturais realizadas pelo MINC otimizando esforços para atender as expectativas e demandas dos povos indígenas por uma educação escolar específica, diferenciada, intercultural e bilíngue". O Sr. **Antônio Maurício Fonseca de Oliveira** (Mediadores Culturais) solicitou citar a questão da realização de reuniões entre Colegiados afins e da participação da representante em eventos, sugeriu incluir isso ao final do documento. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) perguntou se haveria reparo, sem serem inclusões e não havendo manifestações, foi considerado aprovado com ressalvas. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) solicitou que sugerissem pontos de pauta para a próxima reunião. A Sra. **Maria**

das Dores C. P. do Prado (Culturas Indígenas) sugeriu a questão da habitação indígena, moradia, agricultura familiar, saúde e ponto de cultura. O Sr. **Erick Márcio Mendes Muniz** (Anàpuàka Muniz Tupinambá Hã Hã Hãe) (Região Sudeste) sugeriu dar atenção para as campanhas de afirmação da cultura. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) sugeriu que alguém enviasse por e-mail os pontos e suas justificações, e dessas escolhessem três para a próxima reunião. O Sr. **Antônio Maurício Fonseca de Oliveira** (Mediadores Culturais) sugeriu ainda que dessem prioridades a pontos estratégicos para o início do novo governo, ações imediatas do plano enfatizando o compromisso do Conselho para garantia disso. A Sra. **Maria das Dores C. P. do Prado** (Culturas Indígenas) sugeriu três pontos: Implementação do Plano, Educação e Saúde e dentro do último item, entraria agricultura familiar e moradia. O Sr. **Farney Tourinho de Souza** (Representantes Indígenas) acrescentou saneamento básico. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) sugeriu que a Sra. Dora ficasse como relatora e enviasse formalmente até o dia 02 de dezembro os três itens, e pediu para incluir os informes sobre as culturas indígenas no Congresso Nacional ano que vem. A Sra. **Maria das Dores C. P. do Prado** (Culturas Indígenas) solicitou que os amigos do Colegiado também passassem propostas para ela levar ao Plenário do Conselho. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) perguntou se a Dora e a Joana poderiam ficar responsáveis por essa discussão na Secretaria da Identidade e Diversidade. A Sra. **Luciane Ouriques** (Consultora/SID) incluiu *"para tanto recomenda..."* e por último acrescentou um parágrafo ao final do texto *"Cabe ainda, reforçar a importância da participação dos povos indígenas nas conferencias nacionais de cultura, bem como garantir a realização das conferencias nacionais tanto das culturas quanto da educação escolar indígena"*, que ao ser colocado para o Colegiado, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a ser tratado naquele momento, o

Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) finalizou a reunião e agradeceu por tudo, pela dedicação, boa vontade e pelo trabalho realizado por todos. O Sr. **Romancil Gentil Cretã** (Região Sul) também agradeceu pelo diálogo que houve, pela sensibilidade por parte do Ministério da Cultura e pela maneira de condução desses processos nesses últimos anos de gestão. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) acrescentou ainda que tem que crescer muito e aumentar muito ainda o diálogo, e agradeceu novamente.